

A combustão de janeiro

O ano começa em alta velocidade, e com um janeiro que há muito não se via tão quente e dinâmico. Este é o mês do desfecho da CPI do Orçamento, que se divide em duas para ser mais rápida, e que pelo gosto de alguns geraria outras CPIs de filhotes para ser mais abrangente.

Sendo o mês definitivo da CPI, será também o da arrumação do cenário em que se desenrolará a sucessão presidencial e, principalmente, a eleição de renovação do Congresso Nacional. A CPI dará o tom da campanha eleitoral.

A seriedade, a profundidade e a abrangência das punições e das mudanças das regras políticas sugeridas pela CPI serão uma bússola para o eleitor interessado em reconstruir o Congresso e as relações dos políticos com as verbas públicas e as empresas privadas. Se as punições e as reformas propostas pela CPI forem frustrantes, as urnas de outubro refletirão esse estado de decepção. As insatisfações, normalmente, deságuam em voto nulo ou em branco.

A ansiedade de cassar o maior número de parlamentares envolvidos nas maracutaias do Orçamento vem acompanhada, ultimamente, da descrença de que nenhum tubarão da política se ajoelhará na guilhotina da CPI. Depende do que se entende de tubarão. José Sarney escapou, para uns por falta de provas, para outros por excesso de zelo e compadrio, embora já esteja sendo punido pelas pesquisas de opinião pública — caiu de 16% para 12% no DataFolha. Mas Genebaldo Correia conseguiu acumular o papel de anão e o de tubarão.

Ele é lembrado hoje mais pela pequenez dos negócios da Comissão do Orçamento do que pela dimensão da liderança que exercia. Arrastando-se como cobra por dentro da bancada do maior partido, Genebaldo era um líder acatado e respeitado pela habilidade nas negociações e pelo veneno que, como filhote da cascavel-mor do PMDB, Orestes Quércia seria capaz de destilar. Tanto que em certo momento de desengano e desespero do governo Itamar Franco a equipe econômica e o Palácio do Planalto sonharam em ter Genebaldo como líder do governo.

Se será o mês da con-

clusão da CPI, janeiro dificilmente será o da aplicação das punições. A liturgia do Congresso provavelmente estenderá a agonia dos implicados até depois do carnaval. Mas não faltará assunto para aumentar a combustão da política até lá.

O parecer do relator Nelson Jobim sobre as 17 mil emendas apresentadas à Constituição deve ficar pronto quase ao mesmo tempo que o relatório da CPI do Orçamento. CPI e revisão constitucional vêm caminhando juntas, apesar de se querer esticar uma para inviabilizar a outra, e de não se ter descoberto ainda uma fórmula para aprovar as mudanças na Constituição sem os votos dos deputados e senadores enlameados. O futuro é instável tanto para a CPI como para a revisão, mas nos dois casos é decisivo para a sorte da instituição parlamentar.

Em janeiro também está sendo jogada a sorte do plano de estabilização da economia. Basta o Congresso empurrar com a barriga e não votar a Medida Provisória do aumento de impostos para que ela caia no fim do mês e o governo não possa mais reeditá-la para entrar em vigor este ano.

Os aumentos e a criação de impostos, como se sabe, entram em vigor no ano seguinte ao de sua decretação. Se uma Medida Provisória cai, os efeitos dela também deixam de existir. O pior dos mundos será o governo de repente se vir obrigado a devolver os impostos cobrados desde o primeiro dia do ano. Logo, as próximas semanas serão de intensas negociações políticas do governo, que envolverão também a discussão do conceito de déficit zero e a aprovação de um Orçamento de faquir, e não de anões.

O dia-a-dia do governo Itamar também aquecerá janeiro. Com um olho na inflação e o outro na estabilidade do país e da democracia até a sua sucessão, o presidente tem um ministério para completar, um líder na Câmara para escolher, uma paulada para dar na independência das estatais, uma outra para segurar a escalada dos preços, uma briga de gato e rato com o Judiciário — enfim, um governo inteiro para governar.